

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Manuela Deucher

**CARACTERÍSTICAS DO RELATÓRIO DE AUDITORIA E DESEMPENHO
ECONÔMICO-FINANCEIRO: UMA ANÁLISE NAS MAIORES ONGS AMBIENTAIS
DO MUNDO.**

Florianópolis

2022

Manuela Deucher

**CARACTERÍSTICAS DO RELATÓRIO DE AUDITORIA E DESEMPENHO
ECONÔMICO-FINANCEIRO: UMA ANÁLISE NAS MAIORES ONGS AMBIENTAIS
DO MUNDO.**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Ciências Contábeis, do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. José Alonso Borba, Dr.
Co-Orientador: Prof. Fábio Minatto, Me.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Deucher, Manuela
CARACTERÍSTICAS DO RELATÓRIO DE AUDITORIA E
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO: UMA ANÁLISE
NAS MAIORES ONGS AMBIENTAIS DO MUNDO. / Manuela
Deucher; orientador, José Alonso Borba, coorientador, Fábio
Minatto, 2022. 43 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico, Graduação
em Ciências Contábeis, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Ciências Contábeis. I. Alonso Borba, José . II. Minatto, Fábio.
III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Contábeis. IV. Título

Manuela Deucher

Características do Relatório de Auditoria e Desempenho Econômico-Financeiro: Uma Análise nas Maiores ONGs Ambientais do Mundo

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis

Florianópolis, 18 de julho de 2022.

Prof. (a) Roque Brinckmann, Dr.(a)
Coordenação do Curso

Banca examinadora

Prof.(a) José Alonso Borba, Dr.(a)
Orientador(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Fábio Minatto, Me.
Co-orientador(a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.(a) Denize Demarche Minatti Ferreira, Dr.(a)
Avaliadora (a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 2022.

AGRADECIMENTOS

Dedico esse trabalho ao meu pai, Manoel (in memoriam), que sempre deu prioridade para a minha educação e da minha irmã, e me ensinou o valor do conhecimento.

Agradeço a minha mãe, Deise, que ensinou os mesmos valores que o meu pai, e me apoiou e incentivou durante toda a minha vida, sempre com muito amor. À Júlia, minha irmã mais velha e também minha melhor amiga que além dos momentos de descontração e risadas, também age como segunda mãe.

Ao professor Dr. José Alonso Borba, meu orientador, e ao Fábio Minatto, co-orientador, por toda paciência e suporte, desde o PIBIC à conclusão do meu TCC. E a todos os professores que influenciaram minha jornada até aqui.

Aos meus amigos, da escola e da faculdade, que tornaram minha caminhada mais leve e divertida. E ao meu namorado, Victor, pelo apoio e paciência durante a realização do trabalho.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os indicadores financeiros das maiores ONGs ambientais do mundo e sua relação com o relatório de auditoria emitido. O estudo justifica-se pela necessidade de analisar a estabilidade e eficiência das ONGs, com isso os doadores conhecem se o recurso investido está aplicado de maneira eficiente e se a instituição escolhida possui situação estável de continuidade operacional, especialmente levando em consideração que é deles a maior fonte de recurso das mesmas. A amostra da pesquisa foi composta pelas ONGs ambientais que constam no *ranking* “Top 500 NGOs” do *NGO Advisor*, que destaca organizações que possuem boas práticas de governança e impacto social relevante. Foram selecionadas 56 ONGs (11,2%), das quais, 29 (51,8%) apresentaram relatório de auditoria em pelo menos 1 ano entre os 5 anos analisados (2016 a 2020). A coleta nos 5 anos analisados resultou em 131 relatórios de auditoria, nos quais foram divulgadas: cinco ressalvas, 12 ênfases e oito parágrafos de “Outros assuntos”. Ao analisar as receitas divulgadas na demonstração do resultado do exercício de cada ano, foi possível observar que 75,8% dos recursos das organizações são resultantes de doações. Pelos indicadores de estabilidade foi possível observar que 120 demonstrações (91,6%) apresentam receitas de doações superiores a 50% do total de receitas. Os demais indicadores de estabilidade, Adequação ao Patrimônio Líquido (APL) e Margem Operacional (MOP), apresentaram média de 0,78 e 0,02, respectivamente, resultados desfavoráveis para possibilitar a continuidade operacional das ONGs. Os indicadores de eficiência apresentaram resultados melhores, com média de 0,78 de relação entre despesas operacionais e despesas totais e 0,12 de relação entre despesas administrativas e despesas totais, ou seja, a maior parte dos recursos recebidos pelas ONGs são destinados aos seus projetos. Por fim, as ressalvas emitidas nos relatórios de auditoria de um ano, quando resolvidas pela organização no ano seguinte, impactaram positivamente nos indicadores de estabilidade APL e MOP.

Palavras-chave: Terceiro setor; Indicadores Financeiros; Auditoria.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the financial indicators of the most significant environmental NGOs in the world and their relationship with the publicized auditorium report. The justificative for this study is the need to study the stability and efficiency of NGOs so that donors know if the invested resource is efficiently applied and if the chosen institution has a stable situation of operational continuity, especially considering that theirs is their most significant source of funding. Environmental NGOs in the "Top 500 NGOs" ranking of the NGO Advisor compose the research sample, with organizations with good governance practices and relevant social impact. 56 NGOs (11.2%) were selected, of which 29 (5.1.8%) presented a report in at least one year among the five years of audits (2016 to 2020). The collection in the five years analyzed resulted in 131 audit reports, in which five caveats, 12 emphases, and eight paragraphs of "Other matters" were disclosed. When analyzing the revenues disclosed in the income statement for each year, it was possible to observe that 75.8% of the organizations' resources result from donations. Based on the stability indicators, it was possible to observe that 120 revenue receipts (91.6%) had revenue above 50% of the total revenue. The other stability indicators, Adequacy to Equity (AE) and Operating Margin (OM), presented an average of 0.78 and 0.02, respectively, results of favorable means to enable the operational continuity of NGOs. The indicators of similar expenditure resources were better, with an average of expenses between operating and total expenses and a 0.12 ratio between administrative expenses and significant expenses, or the part of the receipts by NGOs is related to their project expenses. Finally, as saving indicators, following the one-year audit reports resolved by the organization, AE and OM stability were positively impacted.

Keywords: Third sector organizations; Financial indicators; Audit..

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Indicadores Financeiros	18
Tabela 2 - Amostra	19
Tabela 3 - Estatística descritiva das receitas (Dólar)	22
Tabela 4 - Fontes das receitas (Dólar)	23
Tabela 5 - Estrutura da doação	24
Tabela 6 - Estatística descritiva Adequação ao Patrimônio Líquido (APL).....	27
Tabela 7 - Estatística descritiva Margem Operacional (MOP).....	27
Tabela 8 - Estatística Descritiva da Relação entre as despesas operacionais e totais.....	28
Tabela 9 - Estatística Descritiva da Relação entre as despesas administrativas e as despesas totais.....	29
Tabela 10 - Opiniões emitidas nos pareceres	32

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - ONGs por país	20
Figura 2 - Moedas utilizadas nas demonstrações contábeis	21
Figura 3 - ONGs fundadas por década.	21
Figura 4 - Representatividade das receitasFonte: Dados da pesquisa (2022).	23
Figura 5 - Média receita operacional Fonte: Dados da pesquisa (2022).	26
Figura 6 - Princípios de auditoria seguidos nos pareceres.....	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias de financiamento de ONGs.....	11
Quadro 2 - Indicadores de eficiência para suporte na tomada de decisão.....	13
Quadro 3 – ONGs ambientais	16
Quadro 4 - Categorização das receitas.....	18
Quadro 5 - ONGs com DOA = 0.....	25
Quadro 6 - Firmas de auditoria.....	30
Quadro 7 - Ressalvas emitidas	32
Quadro 8 - Ênfases emitidas.....	34
Quadro 9 - Outros assuntos	35

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	Objetivos	10
1.1.1	Objetivo geral	10
1.1.2	Objetivos específicos	10
1.2	Justificativa	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1	Receitas das ONGs	11
2.2	Indicadores Financeiros	12
2.3	Divulgação de relatórios das ONGs: Pesquisas Relacionadas	14
3	METODOLOGIA	16
4	RESULTADOS	19
4.1	Contextualização das ONGs	19
4.2	Receitas	22
4.3	Indicadores Financeiros	24
4.3.1	Estabilidade	24
4.3.2	Eficiência	28
4.4	Os relatórios de auditoria	30
4.4.1	Opiniões emitidas	32
5	CONCLUSÃO	36
	REFERÊNCIAS	38

1 INTRODUÇÃO

Hainer et al. (2019) afirmam que as ONGs surgiram diretamente ligadas à contestação política e à mobilização social, e a partir da ineficiência do Estado de suprir as necessidades da população (SALAMON e SOKOLOWSKI, 2016), o que as aproximam cada vez mais das atividades exercidas por este.

As ONGs brasileiras surgiram principalmente durante a vigência do regime militar, em que instituições de caráter filantrópico e assistencial se juntaram às organizações comunitárias e se tornaram porta-voz da população e seus problemas sociais (HAINER et al, 2019). No cenário internacional, foram reconhecidas a partir da década de 1980, em função do processo de hegemonia do pensamento neoliberal e da globalização (GOIS, 2018).

O crescimento do terceiro setor, e conseqüentemente o aumento recursos em circulação, resultou em maior demanda na fiscalização e controle dessas organizações. Segundo Gandolfi et al. (1999), o Estado passou a interferir mais nos assuntos sociais em consequência da crescente importância do terceiro setor, logo, surge a necessidade de aplicação de ferramentas e indicadores para medição dos resultados, especialmente a busca da eficiência e eficácia no gerenciamento do dinheiro envolvido.

A *accountability*, ainda que não possua uma palavra equivalente em português, está relacionada com a prestação de contas que as empresas divulgam (PEREZ, BRITO, 2016) afim de melhorar sua relação com os usuários da informação. Apesar de o terceiro setor não ser foco nos estudos do tema, a *accountability* é de extrema importância para o mesmo. Com a evolução desse setor, a transparência dentro das organizações tornou se uma estratégia competitiva fundamental, visto que, por meio dela as organizações expõem informações reais e importantes, que servirão como base de decisão para os doadores, que possuem mais opções (CARNEIRO, OLIVEIRA, TORRES, 2011).

A divulgação de relatórios e demonstrações contábeis estão entre as ferramentas mais populares de *accountability*, principalmente por serem, na maioria das vezes, exigidas por leis tanto estaduais como federais em diversos países (EBRAHIM, 2003). Estas demonstrações obrigatórias são revisadas e analisadas por auditores independentes no relatório de auditoria, que é

elaborado seguindo a legislação vigente, além das normas e princípios contábeis praticados.

O relatório de auditoria apresenta a opinião de uma firma de auditoria à instituição sobre as demonstrações financeiras divulgadas. A opinião da auditoria é importante já que é por meio dela que o auditor confirma se as demonstrações estão seguindo a legislação vigente e de acordo com os GAAPs (*Generally Accepted Accounting Principles*) (PINHEIRO, CUNHA, 2003). As opiniões que podem ser expressas no relatório de auditoria são definidas pela ISA 705 (2008), e são elas, “Opinião com ressalva”, “Opinião adversa” e “Abstenção de opinião”, além do parágrafo de ênfase. A abstenção de opinião é emitida quando o auditor não possui acesso a informações suficientes para construir uma opinião confiável em relação as demonstrações contábeis, já na opinião adversa, as informações necessárias foram analisadas e foram encontradas distorções generalizadas, enquanto que na opinião com ressalva, as distorções não são generalizadas, estão concentradas em grupos específicos.

A auditoria, portanto, é um instrumento estratégico e confiável que transmite segurança aos aplicadores de recursos (BORELY, 2005). A busca pela confiança dos doadores é essencial visto que, além de uma grande diversidade de ONGs, fraudes e escândalos despertaram incertezas quanto a legitimidade das ONGs em geral, com isso ao transparecer as ações desenvolvidas interna e externamente, é possível garantir a credibilidade da entidade perante a sociedade (CARNEIRO, OLIVEIRA, TORRES, 2011), fatores importantes para a continuidade dessas organizações (PADILHA et al, 2009).

Parsons (2003) define estabilidade financeira de uma ONG como a capacidade de continuar suas atividades mesmo perante a uma diminuição dos recursos externos recebidos. Ainda segundo a autora, doadores querem ter conhecimento sobre a capacidade operacional além da eficiência da organização, realização da sua missão no menor custo possível (ECER, MAGRO, SARPÇA, 2016).

Nota-se, portanto, a importância da medição dos indicadores financeiros das organizações, assim como a opinião emitida no relatório de auditoria. Com isso estipulou-se a pergunta: Qual a relação entre os indicadores financeiros das maiores ONGs ambientais do mundo e a opinião do relatório de auditoria?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo geral

Analisar os indicadores financeiros das maiores ONGs ambientais do mundo e sua relação com o relatório de auditoria.

1.1.2 Objetivos específicos

A fim de atingir o objetivo geral da pesquisa, os objetivos específicos são:

- a) Analisar a estrutura das fontes de receita das ONGs;
- b) Analisar o desempenho das ONGs por meio de indicadores de estabilidade e eficiência econômico-financeira;
- c) Avaliar as opiniões emitidas nos relatórios de auditoria das ONGs.

1.2 Justificativa

A *Charities Aid Foundation* (2017) elabora o Índice Mundial de Doações. Em 2017, o relatório aponta que cerca de 21% da população prestou serviços voluntários para ONGs e 30% da população mundial já realizou doação financeira. Para Minatto, Vicente e Borba (2019), estas informações indicam a relevância dessas organizações no contexto atual, especialmente as que atuam no setor ambiental, isso porque, os problemas ambientais como degradação dos recursos naturais, poluição e alterações climáticas são cada vez mais expressivos (MAHMOOD *et al.*, 2017).

Os autores ainda afirmam que o aumento das receitas auferidas pelas ONGs do setor ambiental podem impactar positivamente na pressão que as mesmas exercem para que empresas abordem práticas mais sustentáveis. Estima-se que as organizações brasileiras captam 1,5% do PIB por ano, esse montante chegaria em R\$ 112 bilhões em 2019 (NORTE, 2019).

Dentro da sociedade e da economia o terceiro setor possui papel representativo, composto por ideais e valores (GANDOLFI *et al.*, 1999). Além de envolver alto número de voluntários e trabalhadores, também engloba valores

significativos por parte dos governos. Para os autores, com as demandas sociais mais ampliadas, há necessidade de melhor aproveitamento dos recursos investidos nessas organizações, por meio de uma gestão mais eficiente. Neste sentido, nota-se a importância da medição dos indicadores econômicos - financeiros das ONGs ambientais, para que assim, os doadores tenham conhecimento se o recurso está sendo bem aplicado ou não, e com isso, possam fazer escolhas mais assertivas, com a certeza que seu dinheiro irá de fato ajudar o meio ambiente. Além disso, as próprias ONGs podem se beneficiar, aprimorando seus métodos de gestão e melhorando seus indicadores, visando expandir sua base de doadores e captando mais recursos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Receitas das ONGs

Minatto, Vicente e Borba (2019) analisaram a diversificação das receitas das maiores ONGs ambientais listadas no *ranking* “Top 500 ONGs 2018” elaborado pelo NGO *Advisor*. Os autores categorizaram as receitas em: Receita Própria, Receita Externa, Investimento e Juros e Outros e realizaram uma análise descritiva dos resultados e concluíram que, além do baixo índice de receitas próprias, as organizações são em maioria amplamente dependentes de financiamento externo.

Mikolajczak (2019) constatou que com as mudanças nas políticas governamentais que almejam a redução de gastos com auxílios sociais, as ONGs sofrem mais pressão para o desenvolvimento de estratégias que aumentem seu financiamento. A proposta sugere que as ONGs busquem diversificar suas fontes de recursos, assim, além de aumentar suas receitas, impulsionando sua estabilidade de continuidade operacional, essa diversificação pode gerar maior autonomia para a organização, que não será dependente e controlada por uma fonte de receita. Para isso, o autor mapeou as possíveis fontes de receitas das ONGs podem receber, conforme Quadro 1.

Quadro 1 - Categorias de financiamento de ONGs

Financiamento Público	Financiamento externo privado	Financiamento interno privado
Subvenção da União Europeia	Receitas de <i>fundraisings</i>	Taxas de membros

Programas da União Europeia	Doações financeiras/ não-financeiras de indivíduos privados	Juros, receitas de fundos de capital, depósitos, ações
Financiamento estrangeiro	Doações financeiras/ não-financeiras de instituições e empresas	Receitas de ativos
Financiamento do Governo Central e Administração	Financiamento de outras ONGs Nacionais	Receitas de atividades comerciais (vendas de produtos e serviços)
Financiamento de autoridades locais	Financiamento de outras ONGs Internacionais	Receitas de atividades pagas do terceiro setor
-	-	Indenizações punitivas
-	-	Outras receitas

Fonte: Mikolajczak (2019).

A Teoria Moderna do Portfólio, elaborada por Markowitz (1952), organizações com maior diversificação de recursos sofreriam menor volatilidade, ou seja, no caso das ONGs, quanto mais opções de entradas de recursos, menor a variação de entrada total de recursos. Os achados de Carroll e Stater (2009) corroboram com essa teoria que demonstraram que a diversificação de receitas em organizações sem fins lucrativos gera maior estabilidade.

Apesar dos achados mencionados, outros pesquisadores chegaram em resultados divergentes. Os estudos realizados pelos pesquisadores Von Schnurbein e Fritz (2017) e Chikoto e Neely (2014) indicam que a concentração de receitas aumenta a capacidade financeira das organizações, ou seja, o total de recursos arrecadados pode ser maior se a estratégia for seguida, situação favorável para as organizações, que poderão investir mais nos seus projetos.

Independente da concentração das receitas das organizações, é fundamental manter o controle adequado dos recursos, garantindo que a destinação para o fim social proposto seja realizada da maneira mais eficiente possível, uma vez o setor tem se expandido em maior proporção que o número de doadores engajados nas causas e dispostos a doar (SANTOS *et al*, 2008).

2.2 Indicadores Financeiros

Os indicadores financeiros são definidos por meio da análise das relações entre variáveis quantitativas e são usados com a intenção de explicar o atual contexto e desempenho financeiro em que a empresa está (ROMERO CASTRO, PIÑEIRO CHOUSA, 2006). Ainda segundo os autores, o modelo de análise

financeira é baseado na causa-efeito entre a integração das variáveis que refletem a *performance* financeira da empresa.

Para Gandolfi et al. (2008), para as organizações manterem um ciclo de melhoria contínua, que gere maior taxa de sucesso e estimule novos projetos, além de medir a eficiência dessas organizações é necessário que o sistema de medição forneça apoio para a tomada de decisões internas, assim como, gestores de empresas privadas que objetivam o lucro. Os autores sugeriram o painel de indicadores que mensura a eficiência da organização na aplicação dos recursos recebidos. Os indicadores foram elaborados para atender as necessidades dos centros de formação que atuam no atendimento de crianças de 6 a 14 anos e recebem subvenção da Prefeitura Municipal de Uberlândia (Quadro 2).

Quadro 2 - Indicadores de eficiência para suporte na tomada de decisão

Indicador	Descrição	Fórmula do Cálculo
Excedente	Verificar o comprometimento das receitas futuras	Total de receitas menos o total de gastos e menos os investimentos
Taxa de Ocupação	Análise do cumprimento do contrato de subvenção	Número de atendimentos dividido pelo número de atendimentos proposto (e assinado) em convênio
Gasto Total Médio por atendimento	Indicação do gasto total por atendimento	Gastos (soma de custos e despesas) divididos por número de atendimentos
Gasto Variável Total Médio por atendimento	Análise incremental do atendimento	Gastos variáveis divididos por atendimento
Produtividade por funcionário	Análise da utilização do maior custo fixo	Número de atendimentos por funcionário da folha de pagamento
Voluntários	Tempo de dedicação	Tempo de dedicação aproximado em horas por semana que é realizado pelos voluntários
Encargos por Salários	Analisar a porcentagem dos cargos na folha e identificar a isenção patrimonial	Valores dos encargos sociais sobre o valor dos salários
Grau de dependência	Análise do impacto de um corte em uma das fontes de receita	Receita da instituição da subvenção dividida por toda a receita

Fonte: Gandolfi et al. (2008).

Valarelli (1999) afirma que para escolher os indicadores para um projeto também é importante considerar os ângulos que se deseja avaliar. A eficiência visa a boa utilização dos recursos, tanto financeiros como materiais e humanos, na execução de atividades para obter os resultados desejados, o alcance dos

mesmos é medido pela eficácia. A efetividade examina se os resultados do projeto de fato estão causando impacto na realizada, conforme desejado.

Além destes indicadores, a literatura apresenta outros, entretanto, é importante entender o resultado gerado por cada um antes de definir um deles para acompanhar.

2.3 Divulgação de relatórios das ONGs: Pesquisas Relacionadas

A análise geral das demonstrações financeiras divulgadas *online* das organizações listadas no *ranking* “100 Top NGOs 2013” do *The Global Journal* apontou que as ONGs possuem alta taxa de divulgação *online* (92,5% das que divulgam informações financeiras) (GOOD, BORBA, MARAGNO, 2015). Os autores destacam também a dependência das organizações em doações, além da necessidade de práticas visando a transparência no gerenciamento de *stakeholders*.

Gagliardo, Borba e Minatto (2018) examinaram os atributos dos relatórios de auditoria das 100 maiores ONGs internacionais do mundo, também definido pelo *ranking* do NGO Advisor (2018). Durante os anos de 2016 e 2017, 139 relatórios foram divulgados por 74 ONGs da população. Foi constatado a maioria dos relatórios emitidos (133) não apresentaram ressalvas, e 8 relatórios emitiram ênfases.

Ebrahim (2003) constatou que a *accountability* nas ONGs é exercida por 5 mecanismos principais: Relatórios e Declarações, Avaliações de *Performance*, Processo de Participação, Autorregulação e Auditoria Social. A principal ferramenta utilizada pelas organizações é a divulgação de relatórios para os usuários externos, com foco especial na disponibilização dos dados de destinação dos recursos recebidos.

A transparência dos dados contábeis gerados por uma boa assessoria contábil, aliada ao planejamento, boa gestão e controle são fatores indispensáveis para a manutenção e bom desempenho das mesmas (GOOD, 2015). Os resultados do autor apontaram que apesar do relatório social, relatório de auditoria e os resultados não apresentaram relação significativa, as doações possuem correlação relevante com o resultado.

A análise de desempenho de uma ONG não segue o padrão de uma empresa que visa o lucro. Trussel e Parsons, (2007) desenvolveram um quadro de possíveis variáveis que podem influenciar as doações recebidas por uma ONG. No modelo proposto por eles, quatro fatores nos relatórios financeiros afetam as doações, são eles, eficiência, estabilidade, reputação e informação disponibilizada para os usuários. Com a incorporação de variáveis independentes já analisadas em outros estudos, conseguiram identificar, por meio de uma análise fatorial, que essas variáveis se encaixam na hipótese criada, ou seja, definiram indicadores financeiros capazes de medir a eficiência das organizações sem fins lucrativos.

Utilizando quatro categorias de *performance* que influenciam a contabilidade das ONGs, Trussel e Parsons, (2007), Kim (2017) analisaram a relação entre a saúde financeira de organizações de artes sem fins lucrativos e o resultado operacional. Por meio de uma regressão com dados em painel, pode confirmar relações positivas entre as variáveis e resultado operacional das ONGs. Entre as descobertas, a mais significativa foi de que as aquelas que possuem maior diversificação de receitas apresentam melhor *performance*, isso porque, quanto menor a dependência de uma fonte de receita, maior é a autonomia financeira da ONG.

A partir de medidas de eficiência desenvolvidas para verificar a relação entre a composição das receitas e a eficiência econômico-financeira de organizações sociais, Ecer, Magro e Sarpça (2017) encontraram evidências que aproximam as organizações sociais e as organizações sem fins lucrativos. Entre as características apontadas, as organizações que geram maior parcela de receita própria, apresentam maior eficiência em administrar suas despesas em geral.

Com o crescimento do volume financeiro e do número de doadores, cresce também a responsabilidade da organização em gerir esses recursos e garantir aos *stakeholders* que a aplicação desses recursos é realizada de maneira eficiente com foco nos seus objetivos (MINATTO, VICENTE, BORBA, 2019). Posto isto, observa-se a necessidade de mensurar indicadores que comprovem não só a eficiência das ONGs como também a estabilidade atrelada aos relatórios de auditoria, isso porque, a validação externa da situação da organização gera maior confiança na informação.

3 METODOLOGIA

A população da pesquisa foi definida pelas ONGs ambientais listadas no *ranking* “Top 500 ONGs 2018” da NGO Advisor, organização independente que destaca as melhores práticas de governança, inovação e impacto das organizações sem fins lucrativos (NGO ADVISOR, 2019). A escolha do *ranking* fundamenta-se no fato de que são destacadas ONGs que possuem boas práticas de governança e significativo impacto social, ou seja, são organizações com alta arrecadação, que devem ser transparentes com seus financiadores.

A partir do *ranking* de 500 ONGs, foram selecionadas no *website* as pertencentes ao setor ambiental, resultando em 56 ONGs, conforme Quadro 3. Para essas ONGs, foram coletados os relatórios de auditoria dos anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.

Quadro 3 – ONGs ambientais

ONG	Posição	Sede	Consta na amostra
One Acre Fund	14	Quênia	Sim
Rare	22	Estados Unidos	Sim
Greenpeace	24	Holanda	Sim
Heifer International	28	Estados Unidos	Sim
Acted	31	França	Sim
Ceres	34	Estados Unidos	Sim
Viva Rio	47	Brasil	Sim
Rainforest Alliance	57	Estados Unidos	Sim
Public Eye (formerly Berne Declaration)	89	Suíça	Sim
Global Footprint Network	91	Estados Unidos	Sim
WATERKEEPER	105	Estados Unidos	Sim
BREAKING GROUND	107	Estados Unidos	Sim
SITAWI Finance for Good	119	Brasil	Sim
FRIENDS OF THE EARTH INTERNATIONAL	129	Holanda	Sim
CLINTON FOUNDATION	130	Estados Unidos	Sim
350.ORG	152	Estados Unidos	Sim
GLOBAL WITNESS	162	Reino Unido	Sim
THE OCEAN CLEANUP	165	Holanda	Sim
HEINRICH BÖLL STIFTUNG	179	Alemanha	Não
ECOPEACE MIDDLE EAST	196	Jordânia	Não
PROJECT WET FOUNDATION	199	Estados Unidos	Sim
GREEN CROSS INTERNATIONAL	206	Suíça	Sim
TechnoServe	207	Estados Unidos	Sim
THIRD WORLD NETWORK	220	Malásia	Sim
Raven	247	Canadá	Sim
Development Alternative	249	Índia	Não
SOLARAID	259	Reino Unido	Sim

ECOSIA	270	Alemanha	Não
SOLAR COOKERS	275	Estados Unidos	Sim
CLIMATE ACTION NETWORK	277	Líbano	Sim
FARESHARE	285	Reino Unido	Não
RIVERKEEPER	289	Estados Unidos	Sim
GREEN ASIA NETWORK	298	Coreia do Sul	Sim
ROOTS AND SHOOTS	308	Estados Unidos	Sim
Susila Dharma International Association	309	Canadá	Sim
R20	311	Suíça	Não
LIVE & LEARN	318	Austrália	Não
Vaga Lume	320	Brasil	Não
CRUDE ACCOUNTABILITY	324	Estados Unidos	Não
SYRI I VIZIONIT	336	Kosovo	Não
FARN	340	Argentina	Não
INSTITUTE FOR SUSTAINABLE COMMUNITIES	343	Estados Unidos	Não
DZEDZICH	364	Belarus	Não
GREEN EMPOWERMENT	376	Estados Unidos	Não
FOOD TANK	395	Estados Unidos	Não
SURFRIDER INTERNATIONAL	398	Estados Unidos	Não
GOONJ	403	Índia	Não
BENETECH	416	Estados Unidos	Não
THE WORLD WE WANT FOUNDATION	420	Suíça	Não
Indian Grameen Services	436	Índia	Não
SUN FUNDER	447	Tanzânia	Não
ECOBUDDHA	453	Coreia do Sul	Não
SAVE THE MEKONG	458	Vietnam	Não
CENTER FOR INNOVATION IN SCIENCE AND SOCIAL ACTION	471	Índia	Não
GREEN INITIATIVES	482	China	Não
REDRESS	495	China	Não

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Para as ONGs que divulgaram relatórios de auditoria, foi realizada uma coleta de dados das informações financeiras de cada ONG nos anos analisados. No Balanço Patrimonial (BP), foram coletadas as informações: total do ativo, caixa, total do passivo e patrimônio líquido.

Além do BP, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de cada ano também foi analisada e foram coletadas as informações: total de receita, receita operacional, receita advinda de *fundraisings* e doações, total de despesas, despesas operacionais, despesas administrativas e despesas com *fundraisings*. As ONGs que divergiram do padrão de registro das receitas e despesas e não foram claras quanto a classificação, tiveram o parecer desconsiderado para evitar erros de interpretação na hora da coleta dos dados.

Como padrão das receitas foi utilizada como suporte a categorização elaborada por Minatto, Vicente e Borba (2019) com ajustes baseados nas

análises dos demonstrativos das organizações. O Quadro 4 apresenta as categorizações.

Quadro 4 - Categorização das receitas

Categoria	Classificação
Receita própria	Recursos obtidos por meio da execução das suas operações (Vendas de mercadorias, Prestação de Serviços, Taxas de membros).
Doações	Recursos monetários e não monetários obtidos por meio de terceiros (governo, pessoas, empresas e fundações) para financiar suas atividades.
Receitas com <i>fundraisings</i>	Recursos obtidos através de eventos especiais destinados a captação de recursos.
Outras receitas	Recursos não detalhados ou especificados como diversos, investimentos e juros e demais recursos que não se adequavam as outras categorias.

Fonte: Adaptado de Minatto, Vicente e Borba (2019).

Por fim, em relação ao parecer foram coletadas as informações: os princípios contábeis seguidos, a firma de auditoria responsável pelo parecer e a opinião emitida.

Tendo como base o trabalho de Kim (2017), foram coletados indicadores financeiros, que serão utilizados para avaliação da estabilidade e eficiência das organizações. Cabe ressaltar que as ONGs analisadas por Kim (2017) pertencem a um mesmo projeto (*Cultural Data Project*), todas possuem o mesmo padrão de divulgação dos relatórios, o que não acontece com as ONGs do *ranking* do *NGO Advisor*, o que exigiu uma adaptação dos indicadores financeiros coletados. Além disso, os indicadores definidos na pesquisa base que resultavam em um número logarítmico foram desconsiderados no presente trabalho com o intuito de manter a pesquisa com abordagem qualitativa. Os indicadores financeiros coletados, como foram calculados e a classificação quanto aos constructos definidos estão apresentados na Tabela 1.

Tabela 1- Indicadores Financeiros

Constructo	Variável	Operacionalização
Estabilidade	Estrutura da doação (DOA)	0 se o total de doações é menor que 50% de todas as receitas; 1 se for maior
	Adequação ao Patrimônio Líquido (APL)	Patrimônio Líquido / Total das receitas
	Margem Operacional (MOP)	(Total das receitas – Total das despesas) / Total das receitas
	Relação entre as despesas operacionais e as despesas totais (DOP)	Despesas Operacionais / Total das despesas

Eficiência Relação entre as despesas administrativas e as despesas totais (DADM) Despesas Administrativas / Total das despesas

Fonte: Adaptado de Trussel e Parsons (2008) e Kim (2017).

Após os valores terem sido coletados, foram convertidos para dólares, no *website* fxtop, devido a preponderância das demonstrações expressas na moeda. As conversões foram realizadas pelo valor registrado em 31 de dezembro de cada ano analisado.

4 RESULTADOS

As 56 ONGs ambientais receberam o mesmo procedimento de busca pelo relatório de auditoria no *website*. A ONG ECOBUDDHA foi a única excluída por não possuir *website*. A busca resultou em 131 pareceres de 29 ONGs diferentes, além disso, 17 ONGs (30,35%) não divulgam nenhum tipo de relatório para os usuários externos e 12 (21,42%) divulgam o *Annual Report*, algum deles possuem demonstrações financeiras, sem a auditoria externa, por isso não compuseram a amostra (Tabela 2).

Tabela 2 - Amostra

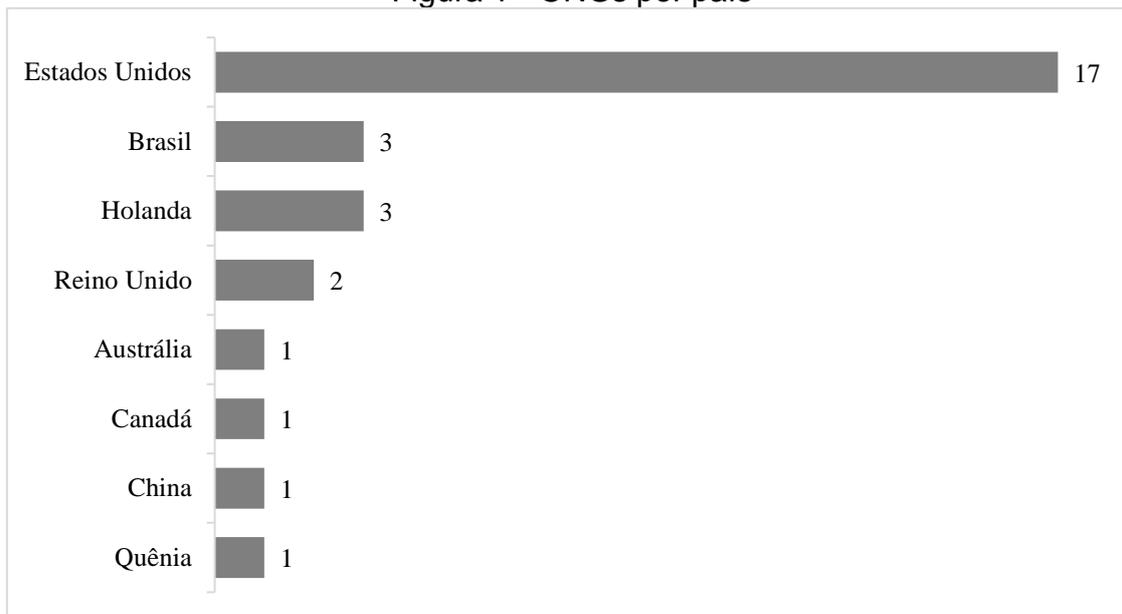
	2016	2017	2018	2019	2020	Total	%
Total de ONGs Ambientais	56	56	56	56	56	280	100%
(-) Não possuem <i>website</i>	-1	-1	-1	-1	-1	-5	2%
(-) Não possuem relatórios	-12	-11	-17	-17	-17	-74	26%
(-) Possuem <i>Annual Report</i>	-11	-12	-9	-8	-10	-50	18%
Total de ONGs com relatórios de auditoria	32	32	29	30	28	151	54%
(-) Pareceres sem acesso	-1	-1	-2	-2	-3	-9	3%
(-) Pareceres desconsiderados	-3	-2	-2	-1	-3	-10	4%
Total de ONGs analisadas	28	29	25	27	22	131	47%

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

4.1 Contextualização das ONGs

As 29 ONGs analisadas possuem suas sedes em 8 países diferentes, com predominância dos Estados Unidos, conforme Figura 1:

Figura 1 - ONGs por país



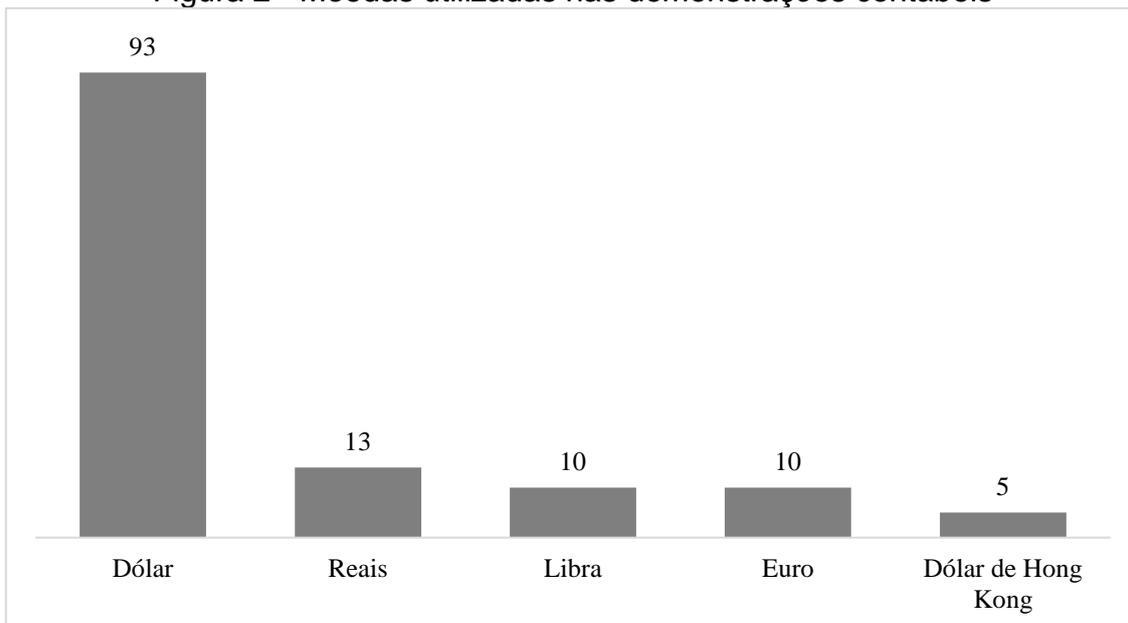
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Dentre os pareceres coletados e considerados (131), houve divulgação em apenas idiomas. 90,1% (118) em inglês, enquanto 9,9% (13), em português.

A predominância da língua inglesa nos pareceres também é refletida nas moedas em que as demonstrações são quantificadas, como é possível observar na Figura 2.

Dentre os 131 relatórios analisados, 70,5% (93) foram quantificados em dólar. Os 13 pareceres divulgados em português, estão expressos em reais (9,9%), representando 3 ONGs distintas. As moedas libra e euro foram utilizadas por 2 ONGs cada, somando 5 pareceres para cada ONG. A ONG *Redress*, que possui sede na China, teve seus relatórios divulgado em inglês, com valores em dólar de Hong Kong.

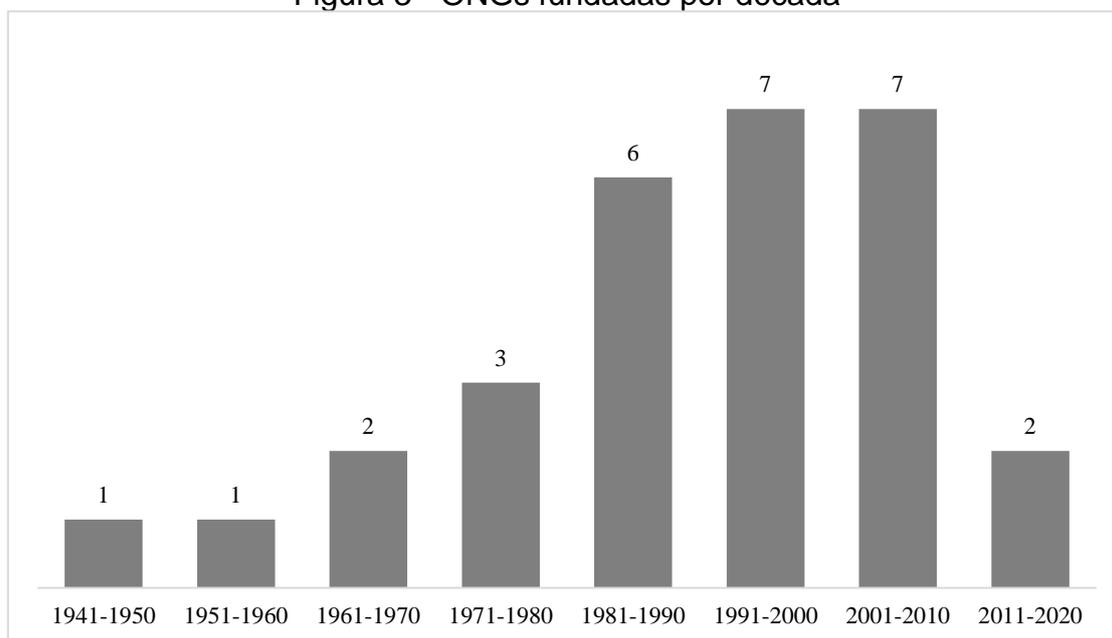
Figura 2 - Moedas utilizadas nas demonstrações contábeis



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A quantidade de ONGs fundadas por década entre os anos de 1944 à 2016 foi avaliada. A Figura 3 apresenta tais instituições:

Figura 3 - ONGs fundadas por década



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Nas décadas de 1981 a 2010 foram fundadas um maior número de ONGs, contando com 20 organizações (68,9% da amostra). O ano de 1990 sozinho

contou com a fundação de 3 ONGs: Ceres, *Breaking Ground* e *Surfrider International*.

4.2 Receitas

As receitas foram divididas entre: operacionais, doações, *fundraisings* e outras. A estatística descritiva do total de receitas das ONGs durante os 5 anos analisados está apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 - Estatística descritiva das receitas (Dólar)

	2016	2017	2018	2019	2020
Mínimo	254.170	536.429	516.662	476.218	604.183
Média	28.999.865	24.442.734	18.512.733	27.199.978	21.998.052
Mediana	13.622.770	7.361.549	8.660.494	12.179.425	6.136.893
Máximo	233.558.103	146.721.588	135.905.203	166.771.576	186.171.184
Desvio Padrão	49.945.740	35.334.740	30.835.046	42.148.871	41.565.127

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

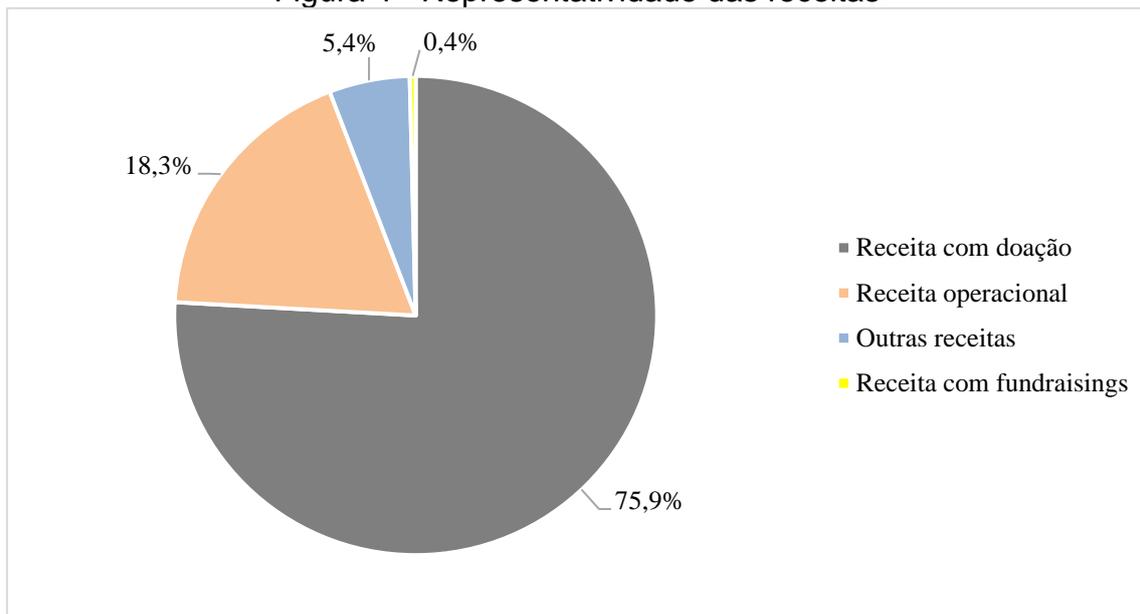
A ONG *Food Tank*, que ocupa a 395ª posição no *ranking* da *NGO Advisor*, apresentou os valores mínimos de receita nos 5 anos analisados e tem como única fonte de receita subvenções do governo dos Estados Unidos.

Em 2018, 2019 e 2020, as receitas máximas pertencem a ONG *One Acre Fund*, que ocupa a 28ª posição no *ranking* e 1ª com frente no setor ambiental. Na demonstração do resultado da organização, as receitas com doações e a operacional são próximas, fazendo com que em 2020, a organização arrecadasse mais com a taxa de inscrição dos agricultores nos programas, onde recebem sementes, fertilizantes, treinamento e outros serviços necessários para apoiá-los na manutenção de suas fazendas.

Ao observar a média de receita entre os anos, se identifica que está próxima aos valores mínimos de receitas. Essa questão é mais acentuada ao se observar a mediana, pois como a amostra é composta por 56 ONGs, a mediana representa o valor da 28ª organização, e em nenhum dos 5 anos analisados esse valor representa mais que 7% do valor da maior receita. Ou seja, poucas organizações que possuem alto montante de receita puxam o valor para cima.

As receitas foram classificadas em 4 categorias e sua representatividade no somatório dos 5 anos analisados está apresentada na Figura 4.

Figura 4 - Representatividade das receitas



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Para expandir a análise, a Tabela 4 apresenta as fontes de receitas por ano. As receitas com doações representaram 75,9% do valor total arrecadado ao longo dos 5 anos. Apesar de ser um valor expressivo, o resultado da pesquisa apresenta melhora em relação aos achados de Minatto, Vicente e Borba (2019), que identificaram que as receitas com doações das ONGs ambientais do mesmo *ranking* nos anos de 2015, 2016 e 2017 chegaram a até 90% do total. Como receita de doação, foi considerado os valores de doações e subvenções.

Tabela 4 - Fontes das receitas (Dólar)

		2016	2017	2018	2019	2020
Receita com Doações	Total	657.231.393	510.206.562	357.057.448	558.942.024	339.628.507
	Média	23.472.550	17.593.330	14.282.298	20.701.556	15.437.659
Receita Operacional	Total	119.085.161	129.216.217	102.690.734	124.461.199	109.253.121
	Média	4.253.041	4.455.732	4.107.629	4.609.674	4.966.051
Outras receitas	Total	23.545.059	66.694.194	3.198.713	40.052.849	38.681.304
	Média	840.895	2.299.800	127.949	1.500.106	1.758.241
Receita com Fundraisings	Total	3.580.990	3.729.842	2.405.997	2.262.995	555.800
	Média	127.893	128.615	96.239	83.815	25.264

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O valor total das receitas operacionais das organizações corresponde a 18,3%. Os anos de 2018 e 2020 apresentaram maior representatividade das receitas operacionais, chegando a 22,1% e 22,4% respectivamente. É interessante apontar que esses dois anos apresentaram as menores médias de receita total, houve uma diminuição no recebimento de receitas de doações

nesses anos em cerca de 30%, o que impactou o resultado. Destaca-se que como receita operacional foram consideradas as receitas advindas de vendas de produtos e serviços das ONGs, assim como taxas pagas de participação nos programas oferecidos.

O valor total de outras receitas representa 5,4% do total. Os anos de 2017 e 2020 apresentaram os maiores valores, isso ocorreu principalmente pelas ONGs *Clinton Foundation* e *Heifer International*, que nos anos mencionados tiveram altas quantias de retorno de investimentos e liberação de fundos com restrições, respectivamente. Além das classificações mencionadas, como outras receitas também foram consideradas receitas financeiras e receitas não especificadas.

O valor de receitas com *fundraisings* (0,4%) foi baixo, 4 ONGs fizeram a divulgação da categoria separadamente, em 19 relatórios diferentes, enquanto 108 (82%) pareceres apresentaram despesas com *fundraisings*. As receitas com *fundraisings* foram identificadas em casos em que ocorreu de fato um evento dedicado a arrecadação de fundos, enquanto as despesas foram destinadas a arrecadação de doações como um todo.

4.3 Indicadores Financeiros

4.3.1 Estabilidade

4.3.1.1 Estrutura da doação (DOA)

A estrutura da doação aponta a dependência das ONGs pelas doações, em que DOA = 1 representa organizações em que as receitas advindas de doações somam mais de 50% de todos os recursos. A Tabela 5 apresenta a estrutura de doação de todos os pareceres analisados.

Tabela 5 - Estrutura da doação

	2016	2017	2018	2019	2020	Total
DOA = 0	2	3	2	2	2	11
DOA = 1	26	26	23	25	20	120

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

É possível observar que a estrutura da doação das ONGs está concentrada nas receitas de doações, apresentando 120 demonstrações (91,6%) com DOA = 1. Conforme Kim (2017), essa característica de

dependência de doações influencia negativamente na *performance* das organizações.

Apesar do número constante de DOA = 0, as ONGs com o resultado variaram ao longo dos anos, conforme Quadro 5.

Quadro 5 - ONGs com DOA = 0

	Posição no ranking	Anos DOA = 0
<i>One Acre Fund</i>	14	2020
<i>Rainforest Alliance</i>	57	2018 e 2019
<i>Global Footprint Network</i>	91	2019
<i>Breaking Ground</i>	107	2016 e 2017
<i>Clinton Foundation</i>	130	2017 e 2020
<i>Fareshare</i>	285	2018
<i>Benetech</i>	416	2016 e 2017

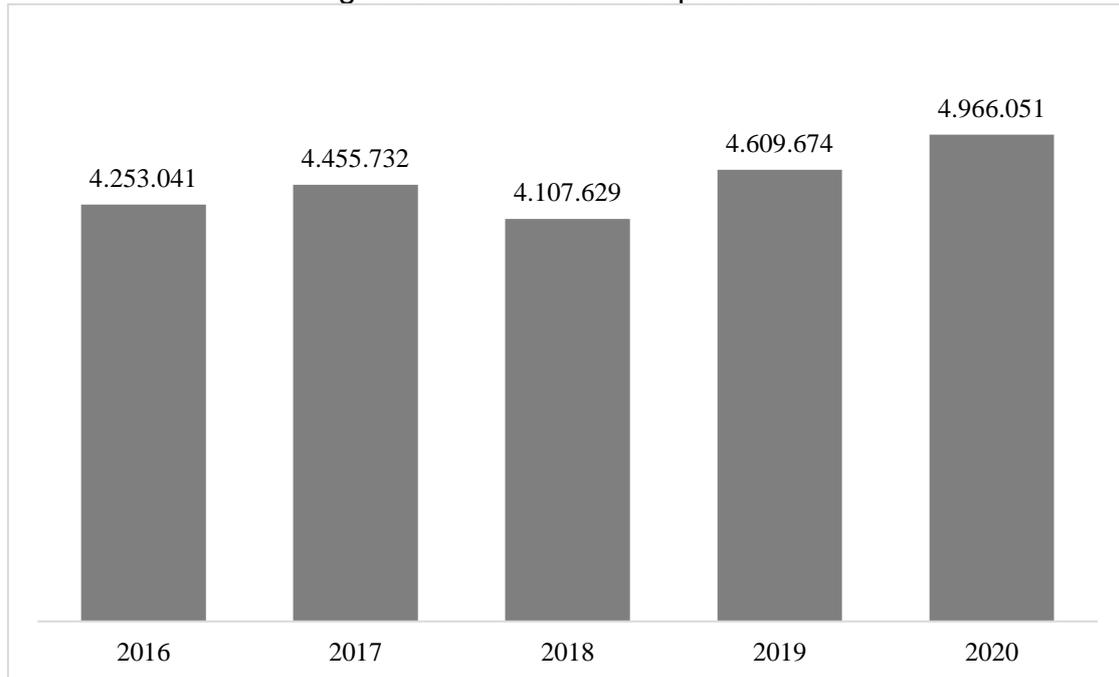
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

As ONGs *One Acre Fund*, *Rainforest Alliance*, *Global Footprint*, *Breaking Ground* apesar de não atingirem o indicador = 0 em todos os anos, as demonstrações analisadas apresentaram equilíbrio entre as receitas operacionais e aquelas com doações. Apenas 12,5% das ONGs e 8,4% das demonstrações indicaram que as receitas operacionais foram maiores que as receitas com doações.

As organizações: *Clinton Foundation*, *Rainforest Alliance* e *Breaking Ground* contemplam entre as doações, subvenções do governo. Além das 3 organizações mencionadas, mais 5 ONGs do estudo receberam subvenções: *Heifer International*, *TchnoServe*, *Live & Learn*, *Institute for Sustainable Communities* e *Food Tank*. Todas as 8 ONGs que receberam subvenções, do governo dos Estados Unidos.,

A maior participação de receitas operacionais indica maior eficiência das ONGs, conforme Ecer, Magro e Sarpça (2017). A Figura 5 aponta o comportamento das receitas operacionais pelas ONGs.

Figura 5 - Média receita operacional



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A média de receitas operacionais apresentou baixa variabilidade durante os anos, representando 18,5% do total de receitas. Se comparado com o valor de doações, o valor representou 24,5% do total, ou seja, considerando o quadro geral das ONGs, a arrecadação de recursos próprios representa baixo percentual.

Destaca-se que além de uma média baixa de receitas operacionais, 4 ONGs não possuem esta receita: *Food Tank*, *Greenpeace*, *Rare* e *Riverkeeper*. Além disso, 7 não arrecadaram recursos operacionais na maioria dos anos analisados, totalizando 37 demonstrações (28,2%) sem recursos próprios arrecadados, entre elas, 9 contaram apenas com receitas de doações.

4.3.1.2 Adequação ao Patrimônio Líquido (APL)

Outro indicador usado para medir a estabilidade financeira das ONGs é a APL que é a divisão do Patrimônio Líquido pelo total de receitas. Conforme Kim (2017), a adequação do patrimônio líquido não possui relação estatística significativa com a *performance* das ONGs, porém, é determinante na saúde da organização a longo prazo. A Tabela 6 apresenta a estatística descritiva do indicador ao longo dos anos.

Tabela 6 - Estatística descritiva Adequação ao Patrimônio Líquido (APL)

	2016	2017	2018	2019	2020
Mínimo	-0,17	-0,35	-0,33	0,02	0,00
Médio	0,63	0,76	1,01	0,70	0,84
Máximo	2,18	5,69	14,49	4,79	6,21
Desvio Padrão	0,49	1,14	2,83	0,90	1,33

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A média do indicador APL apresentou pouca flutuação ao longo dos anos, porém, os números de cada ONG mostram variação entre os resultados das ONGs, o que é evidente com a análise das demais métricas do indicador. Desconsiderando os valores máximos de APL, a média para as ONGs foi de 0,55, ou seja, a receita total das ONGs em um ano representa em média 55% do Patrimônio Líquido da mesma.

A *Clinton Foundation* apresentou os valores máximos de 2017 a 2020, em 2016 apresentou valor 0,52 menor que a *Breaking Ground*. Além das duas ONGs, mais 4 organizações atingiram o indicador maior que 1, totalizando 17 demonstrações (12,9%). Esse resultado indica saúde financeira para a organização no longo prazo, já que os recursos não restritos da organização poderão ser convertidos e utilizados em casos de dificuldades futuras (KIM, 2017).

Não foi encontrado um valor de referência ideal para o indicador, mas as organizações que apresentaram um valor muito pequeno de Adequação ao Patrimônio Líquido são financiadas predominantemente por débitos, o que não configura situação financeira favorável já que em momentos mais difíceis a organização pode ficar sem recursos para se manter, causando prejuízo, o que ocorreu com as ONGs *Redress* e *Viva Rio*, nos anos de 2016 e 2017, 2017 e 2018, respectivamente.

4.3.1.3 Margem Operacional (MOP)

A estabilidade financeira foi avaliada utilizando a margem operacional das organizações, que é a diferença entre total das receitas menor total das despesas dividido pelo total das despesas. A Tabela 7 apresenta o resultado médio do indicador ao longo dos anos.

Tabela 7 - Estatística descritiva Margem Operacional (MOP)

	2016	2017	2018	2019	2020
Mínimo	-0,25	-0,55	-1,54	-0,74	-0,29
Médio	0,05	-0,03	-0,07	0,06	0,09

Máximo	0,80	0,24	0,32	0,39	0,33
Desvio Padrão	0,20	0,18	0,34	0,23	0,15

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A margem operacional das ONGs apresentou menor variação entre as ONGs, atingindo 0,80 como máximo geral e -1,54 como mínimo geral, o que é refletido no desvio padrão do indicador.

As ONGs trabalham com pequena margem operacional, ou seja, costumam poupar pouco dos recursos captados, em média, 2% do valor da despesa do ano sobra como reserva para a organização. Esse aspecto das ONGs é refletido no indicador APL, já que a maioria das organizações apresentou valor menor que 1, ou seja, a receita é maior que o patrimônio líquido. Com isso, infere-se que as ONGs tendem a ter saída de recursos próxima às entradas, chegando até a gastar em um ano mais que o que foi captado, o que aconteceu em 39,7% dos casos (52 demonstrações), em 27 ONGs (90,0%).

4.3.2 Eficiência

4.3.2.1 Relação entre as despesas operacionais e totais (DOP)

Um dos indicadores utilizados para medir a eficiência em ONGs, proposto por Kim (2017) é a relação entre as despesas operacionais e totais. A Tabela 8 apresenta a estatística descritiva do indicador ao longo dos anos.

Tabela 8 - Estatística Descritiva da Relação entre as despesas operacionais e totais

	2016	2017	2018	2019	2020
DOP mínimo	0,22	0,22	0,20	0,22	0,23
DOP médio	0,79	0,76	0,78	0,79	0,81
DOP máximo	0,98	0,98	0,97	0,96	1,00
Desvio Padrão	0,17	0,19	0,17	0,16	0,18

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A média e desvio padrão do indicador permaneceu em equilíbrio próximo ao longo dos anos. O montante gasto em atividades operacionais das organizações se manteve entre 73 e 0,81%, ou seja, o valor que de fato foi aplicado na missão da ONG.

No ano de 2020, o valor máximo foi igual a 1, o que aponta que a *Global Witness* apresentou apenas despesas operacionais, ao contrário dos demais

anos, que incorreu em despesas administrativas e com *fundraisings* e manteve gasto fixo de 91%, as notas explicativas foram analisadas, mas não houve demais esclarecimentos sobre o fato. Os demais valores máximos variaram entre as ONGs: Vaga Lume, *Redress* e *Fareshare*.

A *Friends of the Earth International* foi a responsável pelos valores mínimos do indicador e apresentou número distante das demais, apesar da boa colocação no *ranking* NGO Advisor (129º). A concentração de gastos foi em despesas administrativas.

Os menores valores foram registrados pela ONG brasileira, *Sitawi – Finance for Good*. Apesar de atingir 0,31 em 2016, a ONG conseguiu se tornar mais eficiente, atingindo 0,61 no último ano analisado. Ao todo, foram 11 demonstrações (8,4%) que apresentaram uma relação de despesas operacionais menor que 0,50.

As organizações que gastam a maior parcela de seu orçamento em suas atividades, ou seja, maior DOP, geram expectativa de oferecer melhores programas (KIM, 2017) além de serem mais eficientes financeiramente.

4.3.2.2 Relação entre as despesas administrativas e as despesas totais (DADM)

O gasto com despesas administrativas é esperado que seja o menor possível para a organização ser considerada eficiente. A Tabela 9 apresenta a estatística descritiva do indicador.

Tabela 9 - Estatística Descritiva da Relação entre as despesas administrativas e as despesas totais

	2016	2017	2018	2019	2020
DADM mínimo	0,01	0,02	0,03	0,02	0,02
DADM médio	0,12	0,12	0,13	0,13	0,11
DADM máximo	0,69	0,61	0,54	0,45	0,46
Desvio Padrão	0,14	0,12	0,13	0,13	0,11

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os valores mínimos e médio do indicador se mantiverem próximos ao longo dos anos, atingidos pelas ONGs: *Riverkeeper*, *One Acre Fund*, *Waterkeeper* e Vaga Lume, o que indica maior eficiência do que as ONGs com os valores máximos: *Sitawi* e *Friends of the Earth International*.

As ONGs com os valores máximos de relação entre as despesas administrativas e as despesas totais foram aquelas com os menores valores de

relação entre as despesas operacionais e as despesas totais. Apesar da ONG brasileira *Sitawi – Finance for Good* ter obtido relação DOP maior, a relação DADM também foi maior, isso porque, a organização só registrou as duas classificações de despesas, enquanto a *Friends of the Earth International*, também apresentou despesa com *fundraisings*.

O valor alto do indicador indica menor eficiência, uma vez que a instituição gasta em suas atividades, valores que poderia investir em suas atividades operacionais.

4.4 Os relatórios de auditoria

Os 131 relatórios analisados foram assinados por 33 empresas diferentes, entre as denominadas BIG 4, apenas a *Ernst & Young* está presente. A empresa realizou a auditoria da ONG *The Ocean Clean Up*, que ocupa o 165º lugar no *ranking*, nos anos de 2018, 2019 e 2020 e não expressou opinião modificada, apenas destacou no relatório de 2020, um parágrafo de Outros Assuntos dedicado aos impactos da COVID-19 e preocupação quanto a incerteza causada pelo vírus do mundo. As demais firmas que realizaram auditoria nas ONGs estão relacionadas no Quadro 6.

Diferentes firmas realizaram as auditorias, a BDO auditou as ONGs brasileiras Vaga Lume e Sitawi, além da *One Acre Fund*. A RSM também realizou auditoria em 3 delas e a firma *Condon O'Meara McGinty & Donnelly* em 2, as demais firmas, em apenas 1 ONG (Quadro 6).

Quadro 6 - Firmas de auditoria

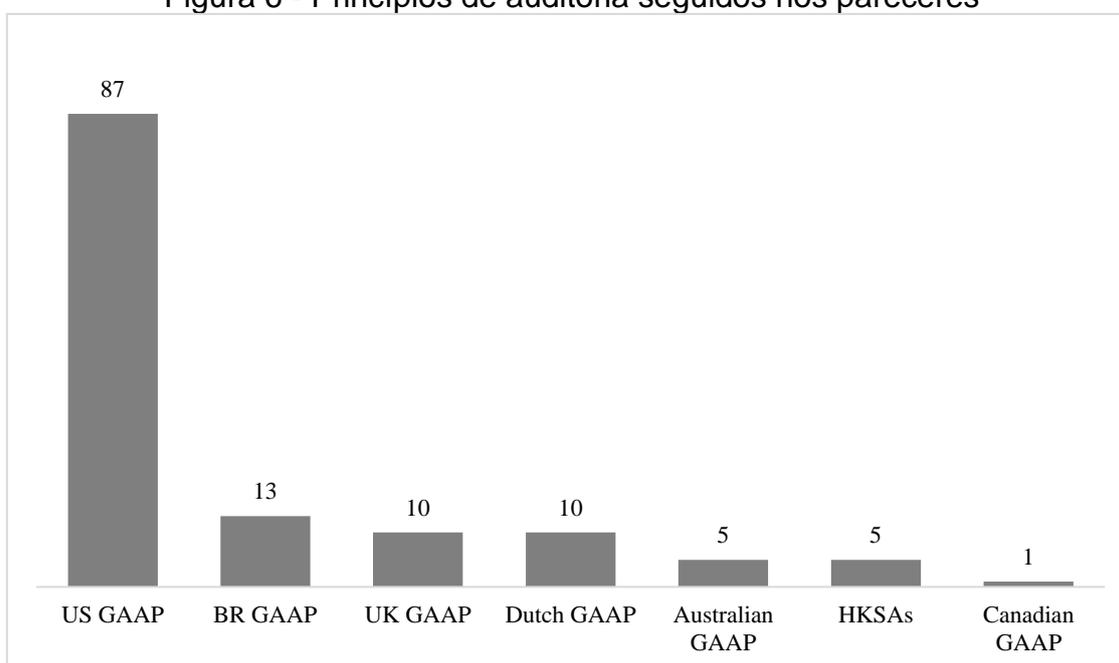
Firma de auditoria	Relatórios emitidos	Firma de auditoria	Relatórios emitidos
BDO	13	Mayer Hoffman McCann P.C.	3
RSM	12	Crowe UK	3
Condon O'Meara McGinty & Donnelly	9	Marcum Accountants	3
Dubois & Co	5	Ernst & Young	3
Bansley, Brescia & CO	5	Grant Thornton	2
CBM	5	Raffa, P.C.	2
Lindquist Von Husen & Joyce	5	Wise Diliget CPA	2
PKF	5	Ho Tak Sang &CO	2
Windes	5	Gelman, Rosenberg & Freedman	2
CliftonLarsonAllen	5	Moore Stephens LLP	2
Winkel CPA	5	Accru Melbourne PTY LTD	2

Cohnreznick	5	Mazars	2
M.U.N CAPs	5	Green Horwood & Co LLP	1
Audisa Auditores Associados	4	Quigley & Miron	1
Withum	4	Knutte & Associates	1
Patricia A. Wintroath, CPA	4	Prism CPA	1
Nexia Melbourne Audit Pty Ltd	3		

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Nos pareceres também é possível identificar os princípios de contabilidade seguidos pelas firmas no momento da auditoria e a Figura 6 aponta tais princípios.

Figura 6 - Princípios de auditoria seguidos nos pareceres



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A concentração de ONGs com sede nos Estados Unidos aponta a maioria dos pareceres em inglês e a maioria das auditorias realizadas seguindo os princípios contábeis aceitos nos Estados Unidos (US GAAP), 87 pareceres (66,4%) em 20 ONGs (66,7%).

Em seguida, os princípios contábeis brasileiros foram utilizados em 13 pareceres (9,9%), em 3 ONGs diferentes (10%). Em todas as auditorias realizadas pelo BR GAAP, as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) foram utilizadas como base. As auditorias realizadas seguindo os princípios aceitos no Reino Unido (UK GAAP), 7,6%, também respeitaram as Normas Internacionais de Auditoria, e foram realizadas em 2 ONGs distintas.

As normas da Alemanha foram seguidas na auditoria de 2 ONGs, enquanto as demais normas foram seguidas em apenas 1 ONG.

4.4.1 Opiniões emitidas

Os pareceres sem ressalva foram predominantes em todos os anos e a ênfase e outros assuntos são parágrafos que chamam atenção para alguma observação, não sendo considerados como opinião modificada, pois não indicam distorções como a ressalva. A ocorrência das opiniões emitidas nos relatórios de auditoria das ONGs ao longo dos anos está apresentada na Tabela 10.

Tabela 10 - Opiniões emitidas nos relatórios

	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Total de relatórios	28	29	25	27	22	131
Sem ressalva	27	26	24	27	22	126
Com ressalva	1	3	1	0	0	5
Com ênfase	1	5	2	3	1	12
Outros assuntos	0	0	2	5	0	7

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O ano de 2019 apresentou tanto o maior número de relatórios (29) quanto de ressalvas emitidas (3). No decorrer dos anos analisados, foram identificadas 5 ressalvas, conseqüentemente, 126 (96,1%) relatórios sem ressalvas, entre eles, 12 (9,5%) com parágrafo de ênfase e 7 (5,5%) de outros assuntos.

Os motivos para os auditores terem divulgado os pareceres com ressalvas estão descritos no Quadro 7.

Quadro 7 - Ressalvas emitidas

ONG	Posição	Ano (s)	Empresa	Parecer
Viva Rio	47	2017 e 2018	Audisa Auditores Associados	<p>1.Falta de controle financeiro sobre o saldo da conta Caixa;</p> <p>2. Não constituiu provisão em montante suficiente para cobrir as perdas esperadas sobre créditos a receber;</p> <p>3. Falta de controle físico sobre o Imobilizado do Ativo não Circulante e não realizou a devida depreciação;</p> <p>4. Falta de controle sobre a conta “Outras Obrigações a Pagar”</p> <p>5. Contingências não reconhecidas.</p>
				<p>1.Falta de controle físico sobre o Imobilizado do Ativo não Circulante e não realizou a devida depreciação;</p> <p>2. Falta de controle sobre a conta “Outras Obrigações a Pagar”;</p> <p>3. Contingências não reconhecidas.</p>

Raven	247	2017	Green Horwood & CO	Falta de auditoria interna sobre as doações.
Vaga Lume	320	2016 e 2017	BDO	Mau registro das receitas com doações.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

As ressalvas emitidas na Raven e Vaga Lume são de registro e controle das doações recebidas, o que impede os auditores expressarem sua opinião. A Raven emitiu parecer em 2017, o que impossibilita a análise se houve melhora na questão levantada pelo auditor, mas é possível observar que a ONG apresentou margem operacional negativa.

A ONG Vaga Lume realizou auditoria nos 3 anos seguintes com a mesma firma e a ressalva foi resolvida com a migração das doações de Pessoa Física para a plataforma *online* Pagar.me Pagamento S.A., o que garante transparência do doador. A análise mais detalhada das receitas da ONG ao longo dos anos, apontou que a partir de 2018 houve aumento de 44,8% no total de receitas, concentrado majoritariamente nas receitas de doação.

Quadro 8 - Relação da opinião da auditoria e indicadores – Vaga Lume

	2016	2017	2018	2019	2020
Opinião	Ressalva	Ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva
APL	0,29	0,27	0,27	0,46	0,71
MOP	-0,13	-0,12	0,10	0,22	0,20

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Em 2019 houve aumento da Adequação ao Patrimônio Líquido (APL), que passou de 0,29 para 0,71, fator positivo para a estabilidade da ONG. Além disso, ao observar os Balanços Patrimoniais é possível identificar crescimento do Patrimônio Líquido, ou seja, ajustando o registro de doações, houve um aumento no valor das receitas advindas dessa modalidade e melhora na margem operacional, que apresentou valor negativo de 0,13 e 0,12 nos anos das ressalvas (2016 e 2017) e em 2018 atingiu valores positivos (0,20), o que impacta a eficiência da ONG

A Viva Rio, apresentou maior número de ressalvas, realizou auditoria nos anos seguintes e eliminou as preocupações ressalvadas nos pareceres anteriores. Em 2018, a referida ONG obteve maior controle financeiro do caixa, e nas notas explicativas detalhou as informações e sinalizou os recursos de uso restrito. Além disso, houve também a constituição da provisão em montante

suficiente para cobrir as perdas esperadas sobre créditos a receber. No ano de 2019, a ONG não apresentou as demais ressalvas levantadas, e supõe-se relação na melhora gradual dos indicadores APL e MOP, que mostram valores positivos (Quadro 9).

Quadro 9 - Relação da opinião da auditoria e indicadores – Viva Rio

	2017	2018	2019	2020
Opinião	Ressalva	Ressalva	Sem ressalva	Sem ressalva
APL	-0,35	-0,33	0,02	0,08
MOP	-0,55	0,04	0,01	0,06

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A ONG estava com o PL negativo nos anos de 2017 e 2018 (-0,35 e -0,33), situação revertida a partir de 2019, com o aumento do saldo da conta e do indicador, apontando melhora na estabilidade da ONG. Além disso, nos mesmos anos, as despesas estavam maiores que as receitas, o que gerou margem operacional de -0,55, revertida para 0,6 em 2020, valor abaixo da média do estudo, porém indicando maior eficiência da ONG.

As ênfases emitidas nos pareceres de auditoria estão descritas no Quadro 10. As ênfases foram utilizadas em 5 ONGs para destacar o uso de princípios contábeis da “ASU” – *Accounting Standards Board*. Para a *Rainforest*, a adoção da do ASU 2016-14 causou ajuste de mais de 1.35 milhões no Patrimônio Líquido, aumentando consequentemente o indicador APL (Adequação ao Patrimônio Líquido), aliado a estabilidade financeira das organizações.

Quadro 10 - Ênfases emitidas

ONG	Posição	Ano	Empresa	Parecer
Rainforest Alliance	57	2017	Withum	1. Adoção ASU 2016-14; 2. Ajuste no patrimônio (+1.35 milhões) devido erro de cálculo.
		2019		Adoção de normas atualizadas de contabilidade: ASU 2014-09 (Tópico 606), ASU 2016-01 (Tópico 825), ASU 2018-08 (Tópico 958).
Clinton Foundation	130	2017	Cohnreznick	Demonstrações seguindo os princípios da "ASU"-Accounting Standards Board, que começam a valer oficialmente no próximo exercício.

Live & Learn	318	2017	Nexia Melbourne	Demonstrações preparadas para os usuários internos da ONG sob os princípios ACNC - Act 2012.
		2019	Accru Melbourne	
Vaga Lume	320	2016 a 2020	BDO	Entidade foi atuada por não ter recolhido o ITCMD no período de 2010 à 2014 e entrou com recurso. Não há ressalvas quanto ao assunto.
Surfrider International	398	2018	Windes	Adoção da norma ASU 2016-14.
Benetech	416	2017	Lindquist Von Husen & Joyce	Demonstrações seguindo os princípios da "ASU"-Accounting Standards Board, que começam a valer oficialmente no próximo exercício.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Além das ênfases, alguns relatórios emitiram um parágrafo denominado “Outros Assuntos”, os pontos tratados estão na Quadro 11. Assim como no caso das ênfases, os parágrafos “Outros Assuntos” foram utilizados para destacar o uso de princípios contábeis da ASU e confirmar relatórios anteriores, emitidos por outras firmas de auditoria. Não houve diferença relevante nos indicadores de desempenho das organizações.

Quadro 11 - Outros assuntos

ONG	Posição	Ano	Empresa	Parecer
One Acre Fund	14	2019	BDO	Troca da firma de auditoria, sem ressalvas quanto aos pareceres anteriores.
Greenpeace	24	2018	CliftonLarsonAllen	Adoção da norma ASU 2016-14.
		2019		Adoção da norma ASU 2018-08.
Ceres	34	2019	Mayer Hoffman McCann P.C.	Adoção da norma ASU 2016-14.
350.ORG	152	2019	CBM	Adoção da norma ASU 2016-14.
The Ocean Cleanup	165	2019	Ernst & Young	Atenção as implicações causadas pelo Covid-19, sem ressalvas quanto o assunto.
Institute for Sustainable Communities	343	2018	Marcum Accountants	Troca da firma de auditoria, sem ressalvas quanto aos pareceres anteriores.

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Nenhuma das ONGs analisadas apresentou opinião adversa no relatório de auditoria, ou seja, as inconsistências encontradas nas organizações não foram generalizadas, além de que apenas 3,8% dos relatórios apresentaram ressalva. As inconformidades destacadas pela auditoria foram tratadas e refletiram positivamente nos indicadores APL e MOP, referentes a estabilidade das organizações.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa analisou os indicadores financeiros das maiores ONGs ambientais do mundo e sua relação com o relatório de auditoria emitido. A partir do primeiro objetivo específico, se verificou que a principal fonte de receita das ONGs são doações, que representaram 75,8% do total por 5 anos, montante de \$ 2.423.065.933, inclusive apoio do governo, sinalizado em 34 (25,9%) das demonstrações. Além disso, 11 ONGs (36,7%) não possuem receitas próprias da operação da organização.

No segundo objetivo específico, foram calculados indicadores financeiros para medir a estabilidade e eficiência e o indicador aponta que as ONGs são financiadas majoritariamente por recursos externos. Apenas 7 ONGs (23,3%) em 11 demonstrações (8,4%) apresentaram receita operacional maior que a receita de doações, que podem indicar maior estabilidade financeira e eficiência (ECER, MAGRO E SARPÇA, 2017).

Dos achados, 17 demonstrações (12,9%), em 6 ONGs (20%) obtiveram valor maior que 1 para o indicador APL, ou seja, possuem Patrimônio Líquido suficiente para suprir um exercício social sem a arrecadação de novos recursos. Considerando principalmente que as receitas são advindas de doação, a diminuição dessa fonte de recurso afetaria o funcionamento das organizações, principalmente as mais dependentes pois não teriam reservas o suficiente para manter as atividades sem esses recursos, indicando baixa estabilidade financeira.

Quanto a margem operacional, foi possível observar que a o indicador tende a ser pequeno, alcançando uma média máxima de 0,09, o que mostra que as ONGs costumam gastar próximo ao que recebem, resultado que vai ao

encontro da APL, já que uma vez que sobram poucos recursos, o PL tende a ser pequeno.

A análise dos indicadores de eficiência das ONGs aponta resultados melhores, em que a Relação entre as despesas operacionais e totais apresentou valor médio de 0,79, ou seja, a maior parte do recurso é investido nos projetos. A Relação entre despesas administrativas e despesas totais apresentou média de 0,12. Destaca-se ainda que foi possível identificar que os demais valores gastos foram em despesas com *fundraisings*, ou seja, espera-se que esse gasto proporcione um retorno maior de receita para as organizações.

O último objetivo específico mostrou que as organizações possuem baixo índice de ressalvas emitidas e apesar da opinião emitida 5 vezes (3,8%) em 3 (10%) ONGs diferentes não houve preocupação quanto a continuidade operacional dessas organizações, e as 2 ONGs que realizaram auditoria nos anos seguintes conseguiram tratar as discordâncias levantadas. Os parágrafos de ênfases e outros assuntos trataram principalmente sobre a inclusão de novos princípios contábeis.

A relação quantitativa entre os indicadores financeiros e o parecer de auditoria aponta melhora na APL e Margem Operacional após os tratamentos das ressalvas emitidas, podendo indicar a importância da auditoria externa. Porém, dentro da amostra do estudo foram observados apenas 2 casos de ressalva, uma limitação desta pesquisa, sugerindo análises mais amplas. O estudo, portanto, contribuiu para a identificação de uma relação positiva entre as tratativas realizadas após o relatório da auditoria e os indicadores de estabilidade das organizações. Ademais, contribui para o desenvolvimento das discussões tanto em relação a auditoria nas ONGs como o desempenho econômico-financeiro das mesmas.

Além da limitação da amostra pequena de relatórios de auditoria com ressalva, outro ponto identificado foi o número reduzido de indicadores financeiros e a conversão das moedas para a cotação do dólar do dia 31 de dezembro do ano do exercício, ou seja, não foram consideradas as variações dentro do período. Como sugestão para estudos futuros, a amostra pode ser ampliada para outros setores de atuação das ONGs, em busca de mais pareceres com ressalva, além disso, outros indicadores podem ser calculados, como por exemplo os propostos por Gandolfi *et al.* (2008).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA PRADO CESTARI, J. M. et al. A case study extension methodology for performance measurement diagnosis in nonprofit organizations. **International Journal of Production Economics**, v. 203, n. October 2017, p. 225–238, 2018.
- BORELY, A. M. Auditoria Como Ferramenta Estratégica De Controles De Ongs. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 10, n. 1, p. 41–58, 2005.
- CARNEIRO, A. D. F.; OLIVEIRA, D. D. L.; TORRES, L. C. Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 6, n. 2, p. 90–105, 2011.
- CAPTAÇÃO DE RECURSOS: GUIA COMPLETO DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA SUA ONG. **Meu norte**. Disponível em: <<https://www.meunorte.com.br/como-captar-recursos/guia-completo-captacao-de-recursos-ong/>>. Acesso em: 24 de julho de 2022.
- CARROLL, D. A.; STATER, K. J.. Revenue Diversification in Nonprofit Organizations: does it lead to financial stability?. **Journal Of Public Administration Research And Theory**, [S.L.], v. 19, n. 4, p. 947-966, 27 nov. 2008. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1093/jopart/mun025>.
- CHARITIES AID FOUNDATION. **CAF World Giving Index 2017**. Disponível em: <https://www.cafonline.org/about-us/publications/2017-publications/caf-world-giving-index-2017>. Acesso em: 16 jun. 2022.
- CHIKOTO, Grace L.; NEELY, Daniel Gordon. Building Nonprofit Financial Capacity. **Nonprofit And Voluntary Sector Quarterly**, [S.L.], v. 43, n. 3, p. 570-588, 5 fev. 2013. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0899764012474120>.
- EBRAHIM, A. Accountability in practice: Mechanisms for NGOs. **World Development**, v. 31, n. 5, p. 813–829, 2003.
- ECER, S.; MAGRO, M.; SARPÇA, S. The Relationship Between Nonprofits' Revenue Composition and Their Economic-Financial Efficiency. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 46, n. 1, p. 141–155, 2017.
- GAGLIARDO, Gabriela Frade Ferreira et al. Atributos dos Relatórios de Auditoria das Maiores ONGs Internacionais. 2019.
- GANDOLFI, P. E. et al. Uma proposta de indicadores de eficiência no terceiro setor. 1999.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOIS, D. A. **ONGs e RECONSTRUÇÃO DE ESTADOS PÓS-CONFLITOS**. [s.l.] UNESP, UNICAMP, PUC-SP, 2018.
- GOOD, K. J.; BORBA, J. A.; MARAGNO, L. M. D. Supporting Stakeholder Relationship Management via Disclosure on Resource Origins: Evidence from the World's Top NGOs. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 10, n. 2, p. 139–156, 2015.
- GOOD, Kevin Joseph et al. Fatores explicativos da accountability online por meio da divulgação financeira: evidências das melhores ONGs do mundo. **Repositório Institucional UFSC**. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/169437>>. Acesso em: 26 de julho de 2022.

International Federation of Accountants (IFAC). 2008. MODIFICATIONS TO THE OPINION IN THE INDEPENDENT AUDITOR'S REPORT. Available at: <https://www.ifac.org/system/files/publications/files/Proposed%20ISA%20705%20%28Revised%29-final.pdf>

KIM, M. The Relationship of Nonprofits' Financial Health to Program Outcomes: Empirical Evidence From Nonprofit Arts Organizations. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 46, n. 3, p. 525–548, 2017.

Lüdke, M.; André, M. 1986. A pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU.

MACHADO, Augusto Cesar Marins *et al.* Mapeando a abordagem estratégica em publicações acadêmicas sobre o terceiro setor. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 127-136, jul. 2007.

MAHMOOD, Zeeshan *et al.* Does environmental disclosure relate to environmental performance? Reconciling legitimacy theory and voluntary disclosure theory. **Pakistan Journal of Commerce and Social Sciences (PJCSS)**, v. 11, n. 3, p. 1134-1152, 2017.

MARKOWITZ, Harry. PORTFOLIO SELECTION*. **The Journal Of Finance**, [S.L.], v. 7, n. 1, p. 77-91, mar. 1952. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1540-6261.1952.tb01525.x>.

MIKOŁAJCZAK, Paweł. Diversification of NGOs' revenues: implications for the mission changeability: implications for the mission changeability. **Humanities And Social Sciences Quarterly**, [S.L.], v. 26, n., p. 113-120, jul. 2019. Rzeszow University of Technology. <http://dx.doi.org/10.7862/rz.2019.hss.18>.

MINATTO, F.; VICENTE, E. F. R.; BORBA, J. A. MAIORES ONGS DO SETOR AMBIENTAL: UMA ANÁLISE DA DIVERSIFICAÇÃO DAS RECEITAS. **Revista Evidenciação Contábil e Finanças**, v. 7, n. 3, p. 127–148, 2019.

NGO Advisor. NGO Advisor (2018). Disponível em: <https://www.ngoadvisor.net/>. Acesso em: 16/06/2022.

PARSONS, Linda M. Is accounting information from nonprofit organizations useful to donors? A review of charitable giving and value-relevance. **Journal Of Accounting Literature**, [s. l.], v. 22, p. 104-129, 2003.

PEREZ, O. C.; BRITO, T. S. Accountability nas Organizações do Terceiro Setor. **Revista da Faculdade de Administração e Economia**, v. 7, n. 2, p. 186–205, 2016.

ROMERO CASTRO, N.; PIÑEIRO CHOUA, J. An integrated framework for the financial analysis of sustainability. **Business Strategy and the Environment**, v. 15, n. 5, p. 322–333, 2006.

SALAMON, L. M.; SOKOLOWSKI, S. W. Beyond Nonprofits: Re-conceptualizing the Third Sector. **Voluntas**, v. 27, n. 4, p. 1515–1545, 2016.

SANTOS, N. C. dos; SUBLABAN, C. S. Y.; SACOMANO NETO, M.; e GIULIANI, A. C. Captação de recursos financeiros em organizações sem fins lucrativos: A utilização de indicadores de gestão para os doadores e beneficiários dos projetos sociais. **Revista de Gestão**, USP, São Paulo, vol. 15., n. especial, p. 75-91, 2008.

TRUSSEL, J. M.; PARSONS, L. M. Financial Reporting Factors Affecting Donations to Charitable Organizations. **Advances in Accounting**, v. 23, n. 07, p. 263–285, 2007.

VALARELLI, Leandro Lamas. Indicadores de resultados de projetos sociais. **Revista do Terceiro Setor**, [s. /], v. /, n. /, p. 1-18, jul. 1999.

VON SCHNURBEIN, Georg; FRITZ, Tizian M. Benefits and Drivers of Nonprofit Revenue Concentration. **Nonprofit And Voluntary Sector Quarterly**, [S.L.], v. 46, n. 5, p. 922-943, 21 jun. 2017. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/0899764017713876>.